

OS MÚLTIPLOS PAPÉIS DO JORNALISMO BRASILEIRO NA GUERRA CONTRA O PARAGUAI

MAURO CÉSAR SILVEIRA *

RESUMO: O jornalismo brasileiro atuou em várias frentes durante a guerra empreendida pelo governo de D. Pedro II e seus aliados contra o Paraguai. Além de propagar o discurso oficial que apresentava a ação militar como a cruzada civilizadora contra um ditador bárbaro e cruel, as publicações da Corte também serviram para divulgar informações de interesse do Império que poderiam criar embaraços para a diplomacia do país.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil - Guerra do Paraguai - História do Jornalismo

ABSTRACT: The Brazilian journalism acted on several fronts during the war waged by the government of Dom Pedro II and his allies against Paraguay. In addition to propagate the official line that featured military action as a civilizing crusade against a barbaric and cruel dictator, the publications of the Court also served to disseminate information of interest to the Empire that could compromise the country for diplomacy.

KEYWORDS: Brazil - Paraguayan War - History of Journalism

Durante a grandiosa campanha militar desencadeada pelo Império de D. Pedro II na Bacia do Prata, entre os anos de 1864 e 1870, a imprensa já havia se consolidado como um magnífico instrumento de mobilização da opinião pública. Como espaço

* Doutor em História Ibero-Americana pela PUC/RS e Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde atua na graduação, na pós-graduação e coordena o Grupo de Estudos de História do Jornalismo na América Latina. E-mail: mauro.cesar.silveira@ufsc.br

privilegiado de expressão social, não podia ser desprezado por nenhum governo antes e depois de qualquer ato político ou administrativo de maior relevância. Mesmo em países onde poucos tinham acesso à informação escrita, como o Brasil daquela época, em que cerca de 15 por cento da população de 9 milhões de habitantes era alfabetizada¹, os jornais mereciam atenção especial do poder, empenhado em assegurar a imagem mais favorável possível em suas páginas.

No século anterior, impulsionado pelas ideias iluministas, essa atividade revelara-se, no continente europeu, um poderoso canal de manifestação do pensamento, levando os monarcas a exercerem severa vigilância dos trabalhos gráficos através do exercício de dura censura prévia². O primeiro diário francês, *Le Journal de Paris*, que começou a circular em 1777, é um exemplo clássico de periódico no século XVIII: órgão oficioso – que depois se tornaria oficial –, sob o controle férreo do Estado. As publicações que nasceram nos movimentos a favor da liberdade de expressão, antes que esse conceito adquirisse força a partir de 1776, nos Estados Unidos, e de 1789, na França, entre outros países, tinham vida efêmera, circulando esporadicamente e na clandestinidade.

Consagrado o princípio da liberdade de imprensa e de expressão após a Revolução Francesa, rígidas medidas legais foram adotadas em diferentes regiões, numa tentativa de controlar os “excessos” das publicações. Ao mesmo tempo, os governantes procuravam se favorecer dos meios de comunicação impressa, cientes da força crescente que adquiriam entre alguns segmentos da sociedade, sobretudo a partir das primeiras décadas dos oitocentos. É importante destacar que, nesse período, a conjugação de uma série de avanços técnicos permitiria a acelerada expansão dos jornais.

Em 1803, surgiu a primeira máquina contínua para a

1 O primeiro recenseamento da história brasileira, realizado em 1872, aponta um índice de apenas 15,75% de alfabetização nos 9.930.478 habitantes do país naquela época.

2 Bem antes, os governantes agiram contra o que consideravam um “perigo”: a capacidade, mesmo das tipografias mais rudimentares, de multiplicar textos não desejados. Pizarroso Quintero (1994, p. 43-45) examinou as primeiras medidas tomadas contra os meios de impressão, que remontam ao início do século XVI.

fabricação do papel a partir da pasta de madeira. Onze anos depois, a prensa mecânica inventada pelo alemão Frederick Koenig começou a ser operada pelo jornal britânico *The Times*³. Os processos de reprodução gráfica também melhoraram com o advento da litografia, concebida em 1797 pelo bávaro Alois Senefelder. E, em 1839, a criação do daguerreótipo permitiu a impressão da imagem em metal, abrindo o caminho para a fotogravura. Além disso, a imprensa passou a contar com um revolucionário sistema de transmissão de dados: o telégrafo elétrico⁴.

Essas novas condições técnicas permitiram que o jornalismo atingisse a fase industrial, projetando-se, nos países ocidentais, como força hegemônica na divulgação de notícias e opiniões. A partir de 1850, esse processo intensificou-se e a atividade atingiu seu “apogeu”, como define o historiador francês Fernand Terrou (1964, p. 30). Foi uma conquista assentada na doutrina liberal, mas que enfrentou períodos difíceis antes de vencer as mais fortes resistências, como aconteceu na França⁵. O autor lembra que todas as constituições liberais do século XIX afirmaram a liberdade de imprensa de acordo com os princípios expressos no artigo 11º da Declaração dos Direitos de 1789⁶.

3 A criação de Koenig é de 1811. No ano seguinte, ele aperfeiçoaria seu invento, com a introdução da energia a vapor e o movimento rotativo através do cilindro. A nova máquina passou a imprimir o *Times* em 29 de novembro de 1814.

4 No século anterior, em 1739, o telégrafo ótico de Chappe ficou restrito aos comunicados oficiais e somente indiretamente a imprensa se beneficiou dele. A difusão rápida de notícias iniciou com o telégrafo elétrico, criado por Morse, nos Estados Unidos, em 1837, por Gauss, na Alemanha, em 1838, Weatstone, na Inglaterra, em 1839, e Foy e Breguet, na França, em 1845.

5 Fernand Terrou (1964, p. 39-40) assinala que, na França, a luta foi árdua e longa, marcada por uma série extraordinária de revoluções e de mudanças constitucionais. Mas o controle da imprensa foi sendo gradualmente reduzido: “Durante o chamado período liberal do Império, o torniquete foi se afrouxando pouco a pouco até a supressão do sistema de advertências, pela lei de 11 de maio de 1868. A liberdade de imprensa provocou amplos debates no parlamento.”

6 O artigo 11º da Declaração de 1789 estabelece o princípio da liberdade de expressão e de imprensa: “A liberdade de comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; portanto, todo homem pode falar, escrever, imprimir livremente, devendo responder pelo abuso a essa liberdade nos casos determinados pela lei”. (apud TERROU, 1964, p. 26).

Na mesma época, a humanidade testemunhou a afirmação da diplomacia. Tem continuidade, nessa centúria, a aproximação das relações internacionais e da História, iniciada nos setecentos, o que nos obriga, mesmo que brevemente, a enfrentar uma questão conceitual. A relativamente curta existência da teoria das relações internacionais ainda gera divisão entre os estudiosos da área. Como foco das maiores divergências, desponta a expressão diplomacia, utilizada para designar diferentes visões sobre a ação externa das nações. O português José Calvet de Magalhães (1996, p. 16), que se propõe a enfrentar o problema em sua obra *A Diplomacia Pura*, destaca que a ausência de rigor teórico leva os autores a empregarem, por um lado, o termo diplomacia como sinônimo de política externa, e, por outro, como forma de designar o instrumento pacífico e genérico da ação no exterior – isto é, qualquer meio de negociação, distinguindo-se dos instrumentos violentos e, em particular, das guerras⁷.

Sem discorrer sobre as quatro principais definições de diplomacia – a que a identifica com a política externa, a que a considera um instrumento ou técnica da política externa, a que a vê como negociação internacional ou a que a descreve como a atividade exercida pelos diplomatas -, torna-se fundamental, no entanto, esclarecer o conceito que será empregado na análise proposta neste texto. Excluindo a corrente que identifica a expressão com política externa, entendemos que as outras três enunciações contribuem para elucidar a significação do termo. A diplomacia é, ao mesmo tempo, um instrumento de política externa – entre outros -, a negociação entre dois governos e a atividade exercida pelos representantes externos dos países.

Cumprido ressaltar também que o século XIX é um período em que a instituição diplomática já está consagrada e regida por princípios universais. Além disso, ampliam-se as concepções gerais da História, baseadas no estudo da evolução do sistema europeu de Estados⁸. Se anteriormente o exame das relações entre

7 O autor do presente artigo aborda outros aspectos da imprecisão do uso do termo diplomacia no livro *Adesão fatal: a participação portuguesa na Guerra do Paraguai* (2003, p. 19-28).

8 De fato, o próprio conceito de relações internacionais não deixa de ser historicamente

os países configurava-se à sombra do relato dos tratados, nessa época modificou-se, progressivamente, de uma historiografia jurídico-internacional para uma historiografia da ação diplomática. De fato, os oitocentos se constituem no século da história diplomática, como salienta Celestino del Arenal (1990, p. 49). Para os objetivos que perseguimos neste artigo, avançaremos da visão predominante naquele século, que se limitava a examinar a relação entre os Estados, para incluir outro ator de relevo, o jornalismo, neste caso, o brasileiro. A observação simultânea de documentos e publicações visa contrapor o discurso diplomático – mesmo aquele restrito aos representantes governamentais - com os fatos noticiados na imprensa da Corte, relacionados com o monumental esforço bélico empreendido no Paraguai. Um cotejo que procura identificar eventuais discrepâncias entre as duas fontes históricas e desvelar outros papéis exercidos pelos jornais no monumental esforço bélico empreendido contra o Paraguai.

O caráter oficial do *Jornal do Commercio* e sua multiplicação no exterior

Fundado quatro anos após a publicação mais antiga do país – o *Diario de Pernambuco* -, o *Jornal do Commercio* surgiu, em 1º de outubro de 1827, no Rio de Janeiro, igualmente ligado à classe latifundiária, apresentando uma sinopse de notícias

determinado, sem dúvida, mais vinculado ao moderno sistema de Estados nacionais, como salienta Paulo Roberto de Almeida (1998, p. 25-26). Essa ideia torna-se de difícil apreensão nas fases anteriores à estruturação dos atores institucionais do jogo diplomático, caracterizado pelo Estado-Nação soberano e independente, capaz de relacionar-se em condições de aparente igualdade com os seus pares no sistema internacional. Não por acaso, ao periodizar o estudo sociológico das relações internacionais, na obra *Types of International Society*, Evan Luard (1976) define o espaço de tempo entre 1789 e 1914 como “A Idade do Nacionalismo”. Sua análise está centrada na sociedade de Estados, pois entende que, na prática, as relações internacionais são principalmente levadas a cabo pelos Estados e que as interações entre indivíduos e grupos estão normalmente mediadas pelos Estados a que pertencem. As sociedades internacionais examinadas por Luard foram divididas da seguinte forma: O Sistema Multiestatal da Antiga China (771-221 a.C.); As Cidades-Estados Gregas (510-338 a.C.); A Idade das Dinastias (1300-1559); A Idade das Religiões (1559-1648); A Idade da Soberania (1648-1789); A Idade do Nacionalismo (1789-1914); e A Idade da Ideologia (1914-1974).

mercantis e marítimas. Em pouco tempo, se tornou o “o jornal mais importante do país, expressão da opinião conservadora”, como observa Juarez Bahia (1990, Vol.I, p. 40). Ficou mais de meio século – exatos 55 anos – nas mãos de uma família francesa, condição que o alinharia, pelo menos no formato, com o que havia de mais moderno na imprensa mundial. Concebido pelo impressor Pierre Plancher-Seignot, o diário foi transferido aos também franceses Junius Villeneuve e Reol de Mougnot - que se retirou da sociedade em 1834. Depois da morte de Junius, o *Jornal do Commercio* pertenceu ao seu filho Júlio Constâncio de Villeneuve, mais tarde agraciado com o título de Conde. “E por 25 anos é dirigido de Paris, por François Picot, francês naturalizado brasileiro que depois de trabalhar no Rio mantém o contato com a redação através de cartas”. (BAHIA, 1990, Vol. I, p. 41).

O *Jornal do Commercio* era a voz enérgica dos setores mais poderosos da economia imperial, que aproveitavam seu crescente prestígio editorial na Corte. Desde o início, o êxito comercial do empreendimento estava vinculado à excludente sociedade brasileira do século XIX, como assinala Gondin da Fonseca na obra *Biografia do Jornalismo Carioca* (1941): “A prosperidade do *Jornal do Commercio* se deveu a eles (anúncios de escravos), pois, mesmo no começo da sua vida, cobrava 80 réis a linha e não chegava para as encomendas”. Na sua fase áurea – o Segundo Reinado -, comandado por Júlio Constâncio de Villeneuve, por um lado, continuava ligado à Europa e atento aos avanços tecnológicos daquela época⁹ e, por outro, através de seus redatores, era assíduo conviva do Paço Imperial, em São Cristóvão. Juarez Bahia (1990, Vol. I, p. 59) declara que esse jornal – mas também o *Diário do Rio de Janeiro* – exibia neutralidade e indiferenças olímpicas diante

9 Oficialmente, a primeira caricatura publicada na imprensa brasileira surgiu nas páginas do *Jornal do Commercio*, em 14 de dezembro de 1837. De autoria de Manuel de Araújo de Porto Alegre, discípulo de Jean-Baptiste Debret, o desenho criticava a contratação de um redator do *Correio Oficial*, o jornalista Justiniano José da Rocha, por um salário de três contos e 600 réis. O *Jornal do Commercio* também foi o primeiro a abrigar o romance-folhetim, à moda francesa, estimulado por François Picot, que praticamente dirigiu a publicação de Paris, durante 25 anos. Outra “invenção” do jornal foi a “vária” – a primeira nota de uma seção de informações gerais, que, segundo Juarez Bahia (1990, Vol. I, p. 149), “conjugava a opinião e a notícia com tal precisão que é capaz de demitir um ministro”.

dos acontecimentos, ao contrário da imprensa oposicionista.

Uma das mais notórias características da publicação é a ostensiva marca do oficialismo. A portentosa dimensão do *Jornal do Commercio* – oito colunas distribuídas em páginas de 58,5 cm de largura e 98 cm de altura – facilitava a publicação de vastos documentos divulgados pelo governo imperial, que eram acompanhados, obviamente, por apreciações sobre a realidade brasileira e seus adversários políticos. Durante a guerra contra o Paraguai, o diário estampou, com regularidade, as partes militares distribuídas pelo Ministério da Guerra, contendo ofícios dos comandantes brasileiros presentes no teatro de operações. Mas não se constituíam em meros relatórios técnicos. As correspondências, transcritas integralmente, por vezes propalavam fatos inverídicos, contribuindo para disseminar o discurso brasileiro no episódio.

Um exemplo de informação falsa foi a suposta execução do vice-presidente paraguaio Francisco Sánchez, em 1868, pelos *tribunales de sangre* instituídos por Solano López, para julgar os acusados de conspiração contra seu governo. O *Jornal do Commercio* publicou uma carta do comandante Caxias ao ministro da Guerra, Barão de Muritiba, redigida no acampamento de Vila Franca em 10 de setembro daquele ano, comunicando o fuzilamento do segundo homem na linha de poder naquele país. Na verdade, Sánchez estava vivo e morreria bem mais tarde, em 1º de março de 1870, alvejado pelo assalto final das tropas brasileiras às forças do *Mariscal*, em Cerro Corá.

Havia a clara intenção de exagerar as “atrocidades do tirano” e o “neutro” *Jornal do Commercio* cumpria, primorosamente, com esse objetivo dos chefes militares aliados. Equívocos – e foram muitos - à parte, a proposta editorial calcada na reprodução de textos governamentais conferiria à publicação um *status* de autêntico documento oficial, rivalizando, inclusive, com o *Diario Oficial do Imperio do Brasil*. “Triunfava, realmente, no início da segunda metade do século XIX, o jornalismo conservador, de que o *Jornal do Commercio* foi expressão singular”, sintetiza Werneck Sodré (1966, p. 218). Uma singularidade que tornava o maior periódico do país naqueles tempos uma espécie de arquivo dos textos que os poder imperial desejava levar ao conhecimento público:

Seus anúncios e suas notícias concentram a maior atenção dos leitores e o seu estilo ainda é crismado de 'documental'. Nas suas páginas, os documentos oficiais, os éditos, e os grandes pronunciamentos aparecem sempre na íntegra, por isso elas são chamadas de "os grandes anais"(BAHIA, 1990, Vol. I, p. 148-149).

Bem mais proveitoso para os interesses do Império de D. Pedro II era o efeito multiplicador do *Jornal do Commercio*, dentro e fora do país. Seus textos eram reproduzidos pelas publicações das províncias brasileiras e seguiam pelo correio marítimo para Lisboa, deflagrando mais duas fontes emissoras: o jornalismo de Portugal, com destaque para *O Commercio do Porto* – o mais importante periódico lusitano entre 1864 e 1870 – e o serviço da agência noticiosa Reuters, que retransmitia as informações quase instantaneamente, pelo telégrafo elétrico, para Londres e outras capitais europeias. Esse inovador aparelho já permitia a circulação de informações na Europa, mas ainda não cruzava o mar até à América do Sul¹⁰.

A capital portuguesa era o principal ponto de recepção de notícias do Brasil. Lá, num interstício quinzenal, chegava o aguardado pacote transatlântico que vinha do continente americano, numa viagem que demorava entre 20 e 30 dias¹¹. *O Commercio do Porto*, impresso na segunda cidade do país – distante 312 quilômetros de Lisboa – conseguia antecipar as notícias

10 Nos Estados Unidos, o avanço do telégrafo deve ser atribuído à imprensa, que ajudou a financiar a primeira linha, em 1844, entre Washington e Baltimore, e pressionou o Congresso para que aprovasse verbas para a rápida extensão do sistema. Com a criação da *Associated Press*, em 1848, os jornais tornaram-se os principais usuários do serviço. Em consequência, o primeiro cabo submarino ligando a Europa aos Estados Unidos não demorou muito e data de 1866. No Brasil, o telégrafo elétrico ainda era uma novidade muito restrita. A primeira linha, inaugurada em 1862, ligava o palácio residencial do Imperador ao quartel da polícia. Na América Latina, também. Somente em 29 de novembro de 1866, seria inaugurado o telégrafo subfluvial entre os portos de Buenos Aires e Montevideú. *O Commercio do Porto* saudaria, na capa, em 18 de janeiro de 1867, o novo serviço: "As duas Repúblicas do Prata, apesar da guerra, colaboram distintamente na grande e interminável obra da civilização".

11 Na edição nº 259, de *O Commercio do Porto*, de 12 de novembro de 1865, o redator de uma nota introdutória à cobertura sobre o Brasil registrava, entusiasmado, a rapidez da viagem do pacote *Navarre*: "Chegou três dias mais cedo do que se esperava. Parece-nos que desde que se acha estabelecida a carreira dos paquetes para o Brasil é esta uma das viagens mais rápidas que se tem feito. Foi de 17 dias".

trazidas pela embarcação proveniente do Império brasileiro, através de mensagens transmitidas pelo telégrafo. Um ou dois dias depois, complementava as informações no município do Porto, com a correspondência chegada do Rio de Janeiro. O maior volume era, sem dúvida, da maior publicação da Corte.

Nessa época, as edições do *Jornal do Commercio* contendo os relatos das ações bélicas pela pena dos comandantes brasileiros também eram enviadas para Lisboa mensalmente pelo representante lusitano no Império, integrando a correspondência diplomática. As pequenas – e raras – observações críticas sobre a guerra eram obscurecidas por esse imenso material publicado pelos jornais. Uma das exceções ocorreu em 22 de fevereiro de 1867, quando o chefe da Legação de Portugal no Rio de Janeiro, José de Vasconcelos e Sousa, dirigiu o ofício nº 25 ao ministro José Maria do Casal Ribeiro. O diplomata comentou uma nota do *Diario Official do Imperio do Brasil*, da mesma data, informando que D. Pedro II havia mandado entregar, à pagadoria das tropas, a quantia de 100.000\$000 Réis, “a fim de ser empregada na liberdade de escravos que assentem praça no exército em operações contra a guerra do Paraguai”. Nesse dia, ele não resistiu em fazer uma observação: “A simples leitura do impresso acima dá a medida da gravidade das coisas quanto a guerra, falta gente para ela”, escreveu Sousa ao titular da pasta dos Negócios Estrangeiros¹².

De uma maneira geral, as versões apresentadas pelo *Jornal do Commercio* eram corroboradas pelas autoridades portuguesas, através da correspondência diplomática, e reproduzidas na íntegra em muitos periódicos lusitanos. A predominância brasileira na imprensa de Portugal explica-se, principalmente, pela conjuntura econômica envolvendo os dois países. Por um lado, a balança comercial com o Brasil pendia para a nação portuguesa, mas, por outro, o fluxo migratório direcionado para a América do Sul conferia ao Império um notável poder de barganha. Nos jornais portugueses, a posição contrária à emigração, por uma série de fatores¹³, prevaleceu nos anos do conflito militar no Prata.

12 Caixa nº 210 do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em Lisboa.

13 As consequências econômicas para Portugal desse fluxo migratório em direção à ex-

Entretanto, na correspondência diplomática, desapareceria progressivamente, em especial entre 1865 e 1870, em razão das substanciosas remessas enviadas pela colônia fixada no território brasileiro. Nem poderia ser diferente. Portugal dependia desse dinheiro para cobrir o déficit crônico da sua balança de pagamentos.

Também pesaram as transferências especiais de dinheiro ocorridas durante a guerra, que visavam afastar o fantasma da chamada União Ibérica, representado pela revolução liberal que irrompera na Espanha em 1868. Nesse caso, imprensa e diplomacia portuguesas deram as mãos para aplaudir a iniciativa dos emigrantes de reunir divisas para a compra de armamento para a defesa da pátria ameaçada. As respectivas representações diplomáticas convergiam em outras questões, favorecidas pelos laços familiares que uniam as duas Coroas: o monarca D. Luís I era sobrinho de D. Pedro II e os dois pertenciam à velha dinastia de Bragança. A eficiente política externa do Império brasileiro, atenta aos interesses econômicos e políticos comuns entre as duas nações, tornava as relações ainda mais amistosas, contribuindo para deixar os eventuais incidentes acomodarem-se no decorrer do tempo.

Essa convivência fraterna ficou estampada no sinal positivo de D. Pedro II à oferta de D. Luís I de mediar o conflito com a Inglaterra, em abril de 1864, aceitando a proposição “com o mais vivo prazer”. O assentimento gerou uma série de ofícios polidos entre o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Duque de Loulé, e o chefe da Legação do Brasil em Lisboa, Antônio Pingrim Maciel Monteiro, o Barão de Itamaracá¹⁴. Outro exemplo de troca de mesuras foi a correspondência do representante brasileiro ao ministro José Maria do Casal Ribeiro, em 12 de janeiro de 1867. Nesse documento, o Barão de Itamaracá agradecia o comunicado da semana anterior, em que o monarca

colônia americana e os argumentos do governo luso são examinados em detalhe no livro *Adesão fatal: a participação portuguesa na Guerra do Paraguai* (2003), do autor do presente artigo.

14 Livro nº 138 do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em Lisboa.

português conferia ao ex-secretário da Legação brasileira, João Pereira da Costa Motta, a comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição da Vila Viçosa¹⁵. No ano seguinte, em 27 de junho, outro ex-secretário da representação, João Pereira de Andrada, seria agraciado com o título de comendador da mesma ordem pelo rei D. Luís I¹⁶.

A propagação da versão brasileira na imprensa portuguesa

Nesse contexto, não surpreende que a cobertura da guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai nas páginas do *Jornal do Commercio* tenha sido reproduzida à exaustão¹⁷ no numeroso e diversificado espectro editorial português daquela época¹⁸. Mas

15 Caixa nº 371 do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em Lisboa.

16 Idem.

17 Outros jornais brasileiros também eram transcritos. Mas, sem dúvida, o mais reproduzido era o *Jornal do Commercio*, escolhido, pela sua importância e pelo seu alcance, como um dos eixos do presente artigo.

18 No período correspondente à guerra (1864-1870), as publicações lusitanas somavam 635 títulos. Muitas delas tiveram vida fugaz, fulminadas pelo alto custo da impressão naquela época. Os 87 títulos examinados pelo autor do presente trabalho são os seguintes: *A Academia* (Coimbra), *O Açoriano Oriental* (Ponta Delgada, AÇORES), *O Album* (Lisboa), *Album Litterario* (Coimbra), *O Algarviense* (Lisboa), *Aljubarrota* (Lisboa), *A Alvorada* (Lisboa), *A America* (Lisboa), *O Amigo da Patria* (Lisboa), *O Amigo da Religião* (Lisboa), *O Amigo do Estudo* (Coimbra), *O Amigo do Povo* (Horta, AÇORES), *Annaes da Marinha e Ultramar* (Lisboa), *Annaes da Obra da Santa Infancia* (Lisboa), *Annaes das Missões Portuguezas Ultramarinas* (Braga), *Annaes de Medicina pelo Systema de Raspail* (Lisboa), *Anuario do Archivo Pittoresco* (Lisboa), *O Annunciador* (Lisboa), *O Annunciador do Povo* (Lisboa), *O Apostolo da Verdade* (Fundão), *O Arauto* (Lisboa), *O Archote* (Lisboa), *Archivo Commercial* (Lisboa), *Archivo Contemporaneo* (Lisboa), *O Archivo Contemporaneo* (Lisboa), *Archivo de Architectura Civil* (Lisboa), *Archivo Pharmacia e Sciencias Accessorias da India Portugueza* (Nova Goa, ÍNDIA), *O Archivo do Povo* (Lisboa), *Archivo Juridico* (Porto), *Archivo Litterario* (Alvaizere), *Archivo Municipal de Lisboa* (Lisboa), *Archivo Pittoresco* (Lisboa), *Archivo Portuguez Oriental* (Nova Goa, ÍNDIA), *Aspirações* (Setúbal), *Atalaia Catholica* (Braga), *Atalaia do Vez* (Arcos de Vale do Vez), *O Atlantico* (Horta, AÇORES), *A Aurora dos Açores* (Ponta Delgada, AÇORES), *A Autonomia Portugueza* (Lisboa), *O Barcellense* (Barcelos), *O Bejense* (Beja), *Bem Publico* (Lisboa), *A Berlinda* (Lisboa), *Bibliotheca Instructiva* (Ponta Delgada, AÇORES), *Bibliotheca d'Algibeira* (Porto), *O Binoculo* (Lisboa), *Bocage – Piparotes Litterarios* (Porto), *Bocage – Anuario de Cacholetas* (Porto), *Boletim da Caixa de Credito Industrial* (Lisboa), *Boletim da Revista Critica de Jurisprudencia Geral e Legislação* (Lisboa),

foi nos diários, que costumavam destinar generosos espaços à vida política, social e econômica brasileira, que o conflito bélico recebeu um lugar de destaque na sua cobertura internacional, com protagonismo do *Commercio do Porto*, que tinha boa parte de seus textos – copiados do *Jornal do Commercio* – reproduzidos por outras publicações lusitanas. Logo no início das ações armadas, surgia em Portugal a imagem da cruzada civilizatória do Império de D. Pedro II disseminada pelo maior periódico brasileiro:

Brasileiros! Eis chegado o momento de empunhades as armas e voardes ao Rio do Prata, onde vos chama ansiosa a causa da pátria e da civilização! [...] Brasileiros! Hoje não há partidos, nem desuniões políticas, somos todos brasileiros, somos todos irmãos, a causa é comum, a causa é nacional; demos pois o abraço fraternal e corramos unidos onde a pátria nos chama! [...] É ao Paraguai, é a Assunção, que cumpre correr, e ali plantarmos o nosso pavilhão auriverde, e com ele a liberdade e a civilização daqueles bárbaros. Às armas pois brasileiros! Às armas, e a vitória é nossa, porque a causa é justa, a causa é santa¹⁹.

Boletim do Clero e do Professorado (Lisboa), *Boletim do Ministerio da Fazenda* (Lisboa), *Boletim do Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria* (Lisboa), *Boletim e Annaes do Conselho Ultramarino* (Lisboa), *Boletim Official do Districto Administrativo de Angra do Heroismo* (Angra do Heroísmo, AÇORES), *Boletim Official do Governo da Provincia de S. Thome e Principe* (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE), *Boletim Official do Governo Geral da Provincia d'Angola* (Luanda, ANGOLA), *Boletim Official do Governo Geral da Provincia de Cabo Verde* (Praia de São Tiago, CABO VERDE), *Boletim Official do Grande Oriente Lusitano Unido* (Lisboa), *Boudoir* (Lisboa), *O Bracarense* (Braga), *Brados Litterarios* (Porto), *O Braz Tisana* (Porto), *Brinde aos Senhores Assignantes do Diario de Noticias* (Lisboa), *O Camartello* (Lisboa), *O Campeão das Provincias* (Aveiro), *O Campeão do Alemtejo* (Portalegre), *Campeão Liberal* (Ponta Delgada, AÇORES), *Cão de Fila* (Pombal), *A Censura* (Lisboa), *O Cidadão* (Lisboa), *A Civilização* (Coimbra), *A Civilização da Africa Portuguesa* (Luanda, ANGOLA), *Civilização e Progresso* (Lisboa), *O Clamor do Povo* (Braga), *Clamor Militar* (Porto), *O Clarim Terceirense* (Angra do Heroísmo, AÇORES), *Collecção da Legislação Portuguesa* (Lisboa), *O Commercio* (Braga), *Commercio de Coimbra* (Coimbra), *Commercio da Covilhan* (Covilhã), *Commercio de Lisboa* (Lisboa), *O Commercio do Porto* (Porto), *O Conimbricense* (Coimbra), *O Conselheiro do Povo* (Porto), *Diario de Noticias* (Lisboa), e *Os Gafanhotos* (Lisboa).

19 Parte de texto do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, transcrito pelo *Commercio de Lisboa*, em 19 de janeiro de 1865. Utilizando a capa e a página 2, o jornal português apresentaria o extenso artigo intitulado “Brasil – Rio de Janeiro, 24 de Dezembro de 1864”, a partir da manchete *À guerra!...À guerra*, que conclamava a população brasileira a se mobilizar para a guerra contra o Paraguai depois dos êxitos militares alcançados na invasão do território uruguaio.

Uma das mais fortes composições da imprensa do Rio de Janeiro projetou-se, com vigor, nos jornais portugueses: o estereótipo do presidente paraguaio como um homem autoritário e de maus instintos, comandando um país mergulhado nas trevas, atrasado e selvagem. Como prolongamento da cobertura brasileira, essa visão atendia ao teor do Tratado da Tríplice Aliança, assinado em Buenos Aires pelos representantes do Brasil, da Argentina e do Uruguai, em 1º de maio de 1865, redigido com o claro intuito de legitimar a ação militar contra a nação guarani. Pelo artigo VI, os signatários do documento se comprometiam a não depor as armas enquanto não desalojassem Francisco Solano López do poder. Já o VII salientava que, conseqüentemente, o embate não era travado contra “o povo paraguaio, mas contra o governo”. A descrição do interior do Paraguai pelo coronel brasileiro Carlos de Oliveira Nery, publicada pelo *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, e transcrita pelo *Commercio do Porto* em 17 de outubro de 1869 reforçava essa representação:

Grande era a quantidade de velhos, mulheres e meninos, sem forças, já pela fome e pelo cansaço e em completa nudez, abandonados no caminho por onde foi fugindo **o tirano López; isto atesta mais uma vez a inumanidade desse monstro** para com seus compatriotas (grifo no original).

A ideia-imagem de que o Brasil estava mal acompanhado e que todos os méritos alcançados na campanha militar deveriam ser creditados unicamente ao Império de D. Pedro II também foram estampados nos jornais portugueses. Como um dos exemplos em que houve deslocamento entre o discurso diplomático – sempre respeitoso e enaltecendo a participação dos aliados – e a versão apresentada pelas controladas publicações da Corte, a Argentina - sob a liderança de seu presidente Bartolomeu Mitre - era apontada como um incômodo estorvo. Em 16 de novembro de 1866, *O Commercio do Porto* lançaria, inclusive, uma suspeita sobre o comportamento do chefe do governo argentino: “Boatos na Corte colocam em dúvida a lealdade de Mitre”. No final do ano, em 29 de dezembro, seria a vez do *Campeão das Províncias*, do Aveiro, espalhar a maledicência: “A aliança do Império com o

Uruguai e a Argentina está quase rota; enredos e intrigas tomam conta dos governos das duas Repúblicas”.

Em 1867, o comandante argentino continuaria sendo detratado pelos jornais portugueses. “O General Mitre é acusado de pretender aniquilar o exército brasileiro e a esquadra, expondo esta a empresas arriscadíssimas²⁰”, noticiava *O Commercio do Porto* em 29 de setembro. “Desentendimentos entre Caxias e Mitre”, alardeava *O Braz Tisana*, também da cidade do Porto, em 1º de outubro. “General Mitre, o único responsável pela prolongação da guerra”, apontava *O Bracarense*, de Braga, quatro dias depois. “Mitre, General em chefe dos aliados, não se atreve a atacar as posições paraguaias”, denunciava *O Braz Tisana* em 16 de outubro. Menos de uma semana mais tarde, essa última publicação insistia que “não reina boa harmonia entre Caxias e Mitre”.

Sem meias palavras, a morte de Solano López era anunciada nas páginas da imprensa lusitana, fazendo coro à outra representação cara ao governo imperial – a de que o *Mariscal* precisava pagar pelos seus “crimes” com sua vida. Reduzindo a importância da comunicação de novas vitórias alcançadas pelas tropas aliadas, *A Autonomia Portuguesa*, de Lisboa, sublinhava, em 30 de setembro de 1869, que “conquanto para nós não seja o fim da guerra; pois não a julgaremos acabada sem que saibamos que **López está preso ou morto**” (grifo nosso). Em 17 de outubro daquele ano, esse jornal reafirmava que “é opinião nossa, e de há muito, que a guerra do Paraguai será uma guerra interminável enquanto López não cair em poder do inimigo”. No mesmo dia, *O Commercio do Porto* proclamava que o “exército aliado, descansando um pouco após a longa corrida que levava, prepara-se para aniquilar o déspota de uma vez”.

Em 19 de novembro de 1869, *O Commercio do Porto* previa que até o final do mês a guerra acabaria, valendo-se de material do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro: “Se **agarrarmos** López, teremos conseguido plenamente nosso fim, e se ele refugiar-se, o que não me parece crível, nos inhóspitos ervais do Paraguai, não restará mais que o trabalho de prendê-lo nessas matas e hostilizá-

20 Essa matéria também foi estampada no *Bracarense*, em 1º de outubro de 1867, incluindo a observação de que Mitre conservava o exército aliado “numa imobilidade completa”.

lo por pequenas partidas (grifo nosso)”. Para atenuar o impacto do trágico fim do chefe guarani, os documentos dos comandantes imperiais, propagados pela imprensa luso-brasileira, espalharam o boato de que as irmãs de Solano López, Rafaela e Inocencia, estavam condenadas à morte, juntamente com a mãe, dona Juana Carrillo, e anunciaram que ela seria fuzilada exatamente no dia do assalto à Cerro Corá, ocorrido em 1º de março de 1870, que culminou com a morte de Solano López.

Um dos jornais que deu ampla difusão a isso foi *O Bracarense*, nos dias 19 e 21 de abril, mais de um mês depois do fim da guerra, devido às dificuldades de comunicação da época. Nessa última edição, o jornal de Braga não mencionava mais a ameaça que pairava sobre os familiares de López e louvava a execução do *Mariscal*: “Era difícil que López se escapasse com vida, aceitasse a posição modesta de Rosas que lá está na Europa como um exemplo da fragilidade dos déspotas. Havia de tentar muitas vezes contra o Paraguai, perturbar-lhe a liberdade e a ordem, procurar em suma a sua antiga posição. **A sua morte foi um ato providencial** (grifo nosso)²¹”.

No dia 20 de abril de 1870 e no final do mês seguinte, *O Campeão das Províncias* reafirmaria a versão fantasiosa da possível execução das irmãs e da mãe do presidente paraguaio. Em 28 de maio, destinava quase uma página inteira para reproduzir material do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, descrevendo uma cena observada em Cerro Corá: “Numa carreta, mãe e irmãs de López, de joelhos, agradeceram a Deus o aniquilamento do tirano. D. Juana seria executada naquele dia.” Mais significativa que visões nitidamente distorcidas como essa seria a análise do “objetivo e neutro” *Diario de Noticias*, rompendo, de forma radical, com seu projeto gráfico e editorial – sempre mais discreto e informativo

21 Coerente com sua linha editorial católica, o *Bem Publico*, de Lisboa, constituiu-se na voz solitária a condenar a morte de Solano López, em sua edição de 23 de abril de 1870: “Congratulamo-nos com os nossos irmãos brasileiros pelo acabamento da guerra com o Paraguai. A paz é um beneficio tamanho, que há nele motivo para alegria e louvores a Deus; e pode explicar o esquecimento dos meios, quando são tão odiosos como se diz que o foram aqueles pelos quais se obteve esta; o assassinio de López. Nós protestamos, e conosco todos os homens cristãos, contra os que aplaudiram esse crime entre os liberais portugueses, e os que se associaram a ele por uma subscrição em favor do assassino, entre os liberais brasileiros”.

– expressando, em vivas letras, sua opinião sobre o desfecho do conflito, em 14 de abril de 1870:

A América do Sul, e particularmente a República do Paraguai e as nações banhadas pelo rio da Prata, estão livres do tirano sanguinário que por espaço de oito anos oprimira e escravizara o povo à testa do qual o destino o colocara, e que desde 1865, época em que declarara guerra ao Império do Brasil, ensanguentara aquelas regiões, imolando sem dó nem piedade não só seus inimigos no campo de batalha, como seus compatriotas, seus amigos, seus parentes e seus próprios irmãos em holocausto à ambição de mando, de poder e de glória.

Assimetrias entre o jornalismo e a diplomacia: o caso do brigue *Octavio* e as suspeitas sobre a posição da Bolívia

Não foi apenas em relação à parceria com a Argentina que o jornalismo e a diplomacia do Império apresentaram posturas distintas. Em 1865, a imprensa portuguesa acabou trazendo à tona um dos casos mais tormentosos da guerra, o do brigue *Octavio*, completamente ignorado pela historiografia luso-brasileira. Esse antigo navio à vela teria partido de Lisboa, em 3 de maio daquele ano, trazendo 23 cidadãos portugueses “comprados” pela armada imperial para lutar no Paraguai, e atracando no Rio de Janeiro em 18 de junho. A denúncia apareceu nas páginas de *O Braz Tisana*, do Porto, antes da intervenção brasileira que modificou sua linha editorial, enquadrando-a na política externa do governo de D. Pedro II²². Na edição de 15 de novembro de

22 *Os Gafanhotos* e *O Braz Tisana*, ambos do Porto, se constituíram nas únicas vozes dissonantes da ampla cobertura portuguesa da guerra do Paraguai. Mas foi por pouco tempo. A primeira, uma revista mensal satírica concebida pelo jornalista Urbano Loureiro no ano de 1868, teve uma vida efêmera, de apenas sete meses, interrompida depois da intervenção do representante diplomático em Lisboa, Manoel de Araújo Porto Alegre, que receberia o título de Barão de Santo Ângelo em 1874. Porto Alegre fora designado cônsul geral do Brasil em Portugal no ano de 1867. Sua ação contra *Os Gafanhotos* não deixa de ser irônica. Afinal, ele é considerado o primeiro caricaturista – ou chargista – do país, publicando em 1837 um desenho satírico no *Jornal do Commercio*, como vimos na nota de rodapé nº 10. Depois, em 1844, também no Rio de Janeiro, foi o responsável pelo lançamento da *Lanterna Mágica*, considerado o marco inicial do humor visual na

1865, o correspondente do jornal no Rio de Janeiro divulgou essa informação pela primeira vez, acusando o representante português de omissão. No dia 1º de dezembro, ele afirmaria que um dos portugueses havia resistido ao engajamento forçado, fora preso e posteriormente libertado, mas que não se conhecia o destino dos demais 22 homens da embarcação, “vendidos à armada brasileira”.

No início de 1866, em 4 de janeiro, o mesmo jornalista reafirmaria a grave denúncia, responsabilizando o cônsul e o ministro do Brasil em Portugal – respectivamente, Vicente Ferreira da Silva e Antonio Pingrim Maciel Monteiro, o Barão de Itamaracá – pela “cilada” armada contra os passageiros do navio brasileiro. As acusações incluíam a falsificação de passaportes:

Em melhor português, aí (Portugal) mandou o governo do Brasil caçar em Lisboa para vir-lhe defender a integridade do Império, visto que sua covardia o impedia de arrostar com os próprios seus, das falanges de López. [...] No *Octavio*, vieram com passaportes de brasileiros quatro portugueses, um branco natural de Penafiel, e três pretos, dois naturais de Angola e um de Moçambique, os quais foram, como todos, convidados a tirar passaportes no consulado brasileiro, como meio justificativo para aqui se praticar com eles, mais a salvo, a violência de que foram vítimas, mas não conseguiram os agentes brasileiros em Lisboa iludir todos, como pretenderam iludir, sendo só os quatro os únicos a quem conseguiram enganar! Este escândalo, praticado em Lisboa, nas faces do governo de Portugal, não tem comentários.

Convicto do que escrevia, o autor do texto desafiava publicamente o ministro brasileiro em Portugal e identificava alguns lesados:

imprensa brasileira. Já *O Braz Tisana* não precisou sair de circulação, mas se adequou à linha editorial desejada pelo Império brasileiro. Até a edição de 29 de novembro de 1866, esse jornal criticava duramente a conduta do governo de D. Pedro II na região platina. Nessa data, quando publicou o texto intitulado “Brasil – A Esquadra em Operações, Rio Paraguai, em frente a Cruzú, 9 de outubro de 1866”, de autoria do 1º tenente da armada imperial, Joaquim Cardoso Pereira de Mello, a cobertura da guerra deu uma guinada, alinhando-se completamente com a versão apresentada pela Corte brasileira.

Comprometo-me a provar estes fatos e a sustentá-los em público, com meu próprio nome se for necessário, sem que esses homens possam justificar seu indigno procedimento. [...] As vítimas assim imoladas ao infame logro e arrastadas ao campo de morte são as seguintes: negros Felipe de Carvalho Bastos, natural de Angola; Máximo da Luz, idem; Faustino da Gama, natural de Moçambique; do branco natural de Penafiel apenas sei que se chama João. Escuso repetir, como já disse, que todos os passageiros do *Octavio* foram para a guerra, apenas João Joaquim Gomes de Sequeira não foi, porque resistindo, formaram-lhe processo de que foi absolvido, e, portanto, posto em liberdade.

Outra publicação lusitana a mencionar o episódio foi o *Commercio de Coimbra*. Em 17 de novembro de 1865, criticando a ação de “aves de rapina” dos cônsules no Brasil, o correspondente do jornal no Rio de Janeiro exigia “energia, patriotismo e dedicação” para o cargo de chefe da Legação na Corte brasileira. Ele nutria esperança de que o ministro dos Negócios Estrangeiros, o Conde de Castro, tomasse providências, substituindo os representantes diplomáticos que estavam sendo acusados:

É, no entanto, convicção nossa que S. Excia. (Conde de Castro) nos apreciará, fazendo com que nos sejam dadas as garantias, que não temos. Saberá que foram vendidos 22 portugueses para a armada brasileira em 18 de junho de 1865; vieram pelo navio *Octavio*, de nacionalidade brasileira, que os trouxe de Lisboa, tendo largado o Tejo em 3 de maio. Pobre nação portuguesa! Pedimos, por honra dessa cara mãe de nós todos, que vos levanteis aí bem alto nas colunas do vosso jornal, para fulminardes esses funcionários, que nos atraíçoam! As folhas públicas já publicaram este escândalo; nem o consulado, nem a Legação portuguesa deu solução deste fato! Nunca se viu uma nação descer mais pela infâmia cometida por homens deste quilate!

Na correspondência diplomática, o caso foi tratado com muita cautela. O primeiro registro data de 12 de agosto de 1865 – portanto, antes da sua divulgação na imprensa -, quando o titular da pasta dos Estrangeiros de Portugal, Conde de Ávila, cobrou uma posição do ministro português no Rio de Janeiro, José de Vasconcelos e Sousa, que havia comunicado a denúncia alguns dias antes: “Ao Ministério do Reino dei conhecimento

dos ofícios de V. Excia. n^os 99 e 107 acerca de vários indivíduos que deste Reino seguiram viagem para essa capital a bordo do brigue brasileiro *Octavio*, passando depois como emigrados para bordo de uma fragata da armada imperial, afim de que o mesmo ilustre ministro haja de mandar colher os mais minuciosos esclarecimentos, tanto em relação aos referidos indivíduos como a respeito do fato do engajamento que se diz feito pela Legação do Brasil nesta Corte²³”.

Depois disso, em 24 de agosto, o Conde de Ávila encaminharia a Vasconcelos e Sousa cópias do ofício “que o ilustre ministro do Reino lhe dirigiu com a resposta (expedida em 16 de agosto) sobre a denúncia do *Octavio*²⁴”. Mas essa correspondência não figura no livro oficial, indicando que o governo português fez questão de manter o assunto no mais absoluto sigilo²⁵. Corroborando essa hipótese, não há mais nenhuma referência ao navio brasileiro nos documentos diplomáticos da época emitidos pelos governos de Portugal e do Brasil²⁶.

Sintomaticamente, o jornal lusitano mais influente, *O Commercio do Porto*, guardou o mais absoluto silêncio, o tempo inteiro, sobre o brigue *Octavio*. Nesse caso específico, houve sintonia entre a imprensa e a política do gabinete do monarca D. Luís I, afinada com o Império de seu tio, D. Pedro II. As embaraçosas acusações, envolvendo autoridades luso-brasileiras,

23 Livro n^o 30 do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em Lisboa.

24 Idem.

25 Uma importante lacuna no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal atinge exatamente o ano de 1865 da correspondência da Legação portuguesa no Rio de Janeiro. A Caixa n^o 208 foi extraviada, sem que haja uma razão plausível para isso. Sabe-se apenas que, em 1994, foi realizada a microfilmagem da documentação dessa representação diplomática e as películas saltam da Caixa n^o 207 (Ano de 1864) para a Caixa n^o 209 (Ano de 1866). Os funcionários do Ministério ignoram os motivos do desaparecimento.

26 O sucinto ofício expedido em 5 de setembro de 1865 pelo Conde de Castro, que assumiria a pasta dos Estrangeiros, ao ministro brasileiro em Lisboa, Antonio Pingrim Maciel Monteiro, o Barão de Itamaracá, aceitando seu pedido para um encontro “hoje, às cinco da tarde, nesta Secretaria de Estado,” pode ser uma indicação de que o caso do brigue *Octavio* tenha sido alvo de muitos encontros reservados entre os representantes diplomáticos de Brasil e Portugal (Livro n^o 138 do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em Lisboa).

produziram convergência entre o discurso oficial e a representação do poder. Se na questão da emigração era interessante permitir a crítica nas publicações lusitanas, numa denúncia grave como a do brigade brasileiro era conveniente apagar os vestígios mais comprometedores. É certo, porém, que, nas duas situações, o governo português fez vistas grossas, constrangido pela conivência – ou mesmo participação - de altos funcionários do Estado.

As suspeitas que o governo brasileiro alimentava em relação à verdadeira posição da Bolívia, oficialmente neutra, encontraram vazão nas páginas dos jornais. Nos textos publicados pelos diários brasileiros, mas também em charges publicadas pela imprensa ilustrada da Corte, era divulgada uma preocupação que jamais foi manifestada nos documentos diplomáticos. Mais do que isso. O Império usava a imprensa para pressionar o governo boliviano a avaliar as consequências de um eventual auxílio ao Paraguai. Sabe-se chanceler guarani José Berges chegou a propor, formalmente, um intercâmbio entre os dois países, acenando ao presidente da Bolívia, general Mariano Melgarejo, com a possibilidade de “recuperar seus territórios e direitos usurpados pelo Brasil” (BANDEIRA, 1985, p. 255). Em princípio, a oferta foi recebida com bons olhos e cogitou-se o envio de uma coluna de 12 mil bolivianos para reforçar as tropas paraguaias. Mas o Brasil reagiu nos bastidores e, numa eficaz ação diplomática, que levou o Conselheiro Felipe Lopes Neto a Sucre, obteve a assinatura de um tratado, em 27 de março de 1867, pelo qual a Bolívia perderia a margem direita do rio Paraguai e uma larga faixa de terra entre a foz de Bení e o Javari.

Mesmo assim, há indícios de que Melgarejo continuou a favorecer López, de forma velada, permitindo que passassem pelo território boliviano armas e munições, provavelmente oriundas dos Estados Unidos. Moniz Bandeira (1985, p. 255-256) cita o despacho nº 22, da Legação da Espanha no Rio de Janeiro, dirigido por Dionísio Roberto ao *Ministerio de los Negocios Etranjeros de España*, em seis de março de 1870, como indicação clara do apoio da Bolívia durante todo o conflito. O texto assevera que Melgarejo “deixou passar, constantemente, sem obstáculos, todas as armas e munições que vinham dirigidas ao presidente López”. A imagem da irlandesa Elisa Alicia Lynch, levando o corpo de

seu companheiro para o país vizinho, exibida pela edição de *O Arlequim*, de 1º de setembro de 1867 – portanto, mais de cinco meses após a assinatura do acordo entre Brasil e Bolívia –, como podemos observar na FIG. 1, é, particularmente, reveladora: sinaliza uma suposição que ainda atormentava o Império e, desse modo, reitera as afinidades vitais entre jornalismo e governo brasileiros.

As suspeitas continuaram a ser propagadas nas páginas das publicações brasileiras, sendo amplificadas na Europa pelo jornalismo lusitano e pelo serviço da agência Reuters em Lisboa. Sempre que era noticiada uma possível fuga do *Mariscal* – representação recorrente nos periódicos da Corte –, o destino apontado era invariavelmente a Bolívia. Essa hipótese foi noticiada pela primeira vez, em Portugal, em 29 de abril de 1868, pelo *Braz Tisana*. Em 30 de janeiro do ano seguinte, o mesmo jornal asseguraria que a saída de López do Paraguai estava sendo efetivamente tramada. A partir dessa época, ganharia força a suposta fuga do *Mariscal*. Em 14 de novembro de 1869, *O Commercio do Porto* apontava o presidente do Paraguai como o mandante do “assassinato de 1.000 sublevados” e informava que ele teria rumado para o território boliviano. Cinco dias depois, o mesmo diário informava que “parece quase certo, na opinião de pessoas competentes, é que López fuja. Todos os passados são acordes em dizer que ele prepara sua fuga pela Bolívia.”



Figura 1 - "Mme. Lynch indo visitar uma amiga."

FONTE - *O Arlequim*, de 01.09.1867, p. 8

O confronto da documentação oficial, especialmente a correspondência diplomática, com os textos estampados pelos jornais que circulavam naquela época, indicou os temas mais caros ao governo brasileiro durante a campanha brasileira no Paraguai. Se a imprensa da Corte, incluindo as revistas satíricas, cerrou fileiras em torno do discurso oficial que procurava legitimar a ação militar no Prata, propagando a versão imperial dentro e fora do país, com um efeito notavelmente multiplicador, como vimos anteriormente, também serviu para mandar recados a outros governantes sem macular seus canais diplomáticos. Foi assim nas críticas aos erros militares do presidente argentino Bartolomeu Mitre, o primeiro comandante das forças aliadas, e na desconfiança com a real posição da Bolívia diante do conflito bélico. Nessas situações, como também no caso do brigue *Octavio*, oficialmente, era melhor guardar o silêncio²⁷. Afinal, a diplomacia já era um precioso instrumento que os governos dispunham para estabelecer contatos pacíficos com outros Estados, buscando atingir os propósitos traçados pelas suas elites políticas – mas também econômicas. Mas os exemplares das publicações brasileiras não deixaram de circular regularmente nos malotes dos cônsules e chefes de Legação no exterior. Suas funções foram, realmente, múltiplas. Não há dúvida que jornalismo brasileiro realizou um prestimoso serviço ao Império durante a guerra.

27 Outro episódio delicado que mereceu absoluto silêncio foi o que envolveu a representação lusitana em Assunção, que teria agido na defesa dos interesses brasileiros na guerra. Em nenhum momento, nem antes ou depois de março de 1870, quando a guerra terminou, houve sequer uma única menção, na correspondência da Legação do Brasil em Portugal, ao fuzilamento dos dois diplomatas portugueses no Paraguai – José Maria Leite Pereira e Antonio Vasconcelos -, acusados de participar da conspiração contra Solano López, mesmo que o governo imperial tivesse conhecimento do impacto que a notícia alcançou na colônia portuguesa no país, principalmente no Rio de Janeiro. O sucessor de Leite Pereira no cargo, o seu sogro Francisco José Correia Madruga, chegou a pleitear, formalmente, uma indenização do governo brasileiro pelo “trabalhado realizado” ao país no Paraguai, mas sem obter êxito. Isso também ficou de fora da correspondência diplomática, embora tenha sido noticiado pelos jornais da Corte.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo: Ática, 1990. 2v.

BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na bacia do Prata; da colonização ao Império*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

DEL ARENAL, Celestino. *Introducción a las relaciones internacionales*. Madrid: Tecnos, 1990.

FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca; 1808-1908*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1941.

LUARD, Evan. *Types of International Society*. New York/London: Free Press/ Collier Macmillan, 1976.

MAGALHÃES, José Calvet de. *A diplomacia pura*. Lisboa: Bertrand, 1996.

PIZARROSO QUINTERO, Alejandro (Coord.). *Historia de la prensa*. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces, 1994.

RECENSEAMENTO GERAL DO IMPÉRIO DE 1872. QUADROS GERAIS. RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO DO IMPÉRIO DO BRAZIL A QUE SE PROCEDEU NO DIA 1º DE AGOSTO DE 1872. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger e Filhos, 1876.

Disponível em: <https://archive.org/details/recenseamento1872bras> Acesso em 5 de junho de 2014.

SILVEIRA, Mauro César. *Adesão fatal: a participação portuguesa na guerra do Paraguai*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel: a charge como arma na guerra contra o Paraguai*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TERROU, Fernand. *A informação*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

URUGUAY. Asamblea General. Cámara de Senadores. *Tratados y convenios internacionales*. Montevideo: Senado, 1993.